



Dourados, 23 de dezembro de 2025

NOTA DE REPÚDIO

Ao Descaso com a Política Cultural de Dourados em 2025

O Conselho Municipal de Política Cultural (CMPC) e o Fórum Permanente de Cultura de Dourados (FPCD) vêm a público manifestar seu repúdio à condução da política cultural do município ao longo de 2025, marcada por distorções de informação, ausência de prioridade orçamentária e decisões que fragilizam o setor cultural.

Esta manifestação se faz necessária diante da contradição entre o discurso institucional, através da assessoria de comunicação e divulgado pela Prefeitura e a realidade enfrentada pelos artistas, coletivos, espaços e trabalhadores da Cultura em Dourados, conforme publicação realizada no dia 22 de dezembro de 2025 em seu perfil na rede social

Instagram

(https://www.instagram.com/p/DSkluPvk_Ij/?igsh=MWs5dmprd3dkdGtjdQ==) inclusive com o apagamento de determinados comentários da classe artística questionando a notícia, assim como no site oficial do Município (<https://portal.dourados.ms.gov.br/index.php/secretaria-de-cultura-descentraliza-acoes-e-garante-importantes-avancos-em-2025/>) e que lamentavelmente foi replicada em alguns jornais, sem averiguação necessária dos dados do município referente a Cultura no decorrer de 2025.

1. Distorção sobre políticas e recursos

Materiais oficiais da Prefeitura atribuem à gestão municipal supostos avanços na Cultura com base, majoritariamente, em recursos federais, como a Lei Paulo Gustavo (LPG) e a Política Nacional Aldir Blanc (PNAB).

É necessário esclarecer que:

- a Lei Paulo Gustavo não é uma política continuada e não está mais em vigor como política ativa;
- a política vigente é a PNAB, cujos recursos são transferências federais previstas em lei nacional;
- nesses casos, o município atua como executor administrativo, e não como investidor ou captador.

Apresentar repasses federais como mérito da gestão municipal induz a população ao erro e oculta a falta de investimento próprio em Cultura. Diante disso, perguntamos: **no tocante aos editais de fomento, quais recursos foram captados e/ou os valores que Município investiu além dos 307 mil do edital do FIP?**

2. Não houve captação histórica, houve estagnação

A narrativa de “captação histórica” não se sustenta nos dados orçamentários.

Embora o orçamento geral do município cresça ano após ano, a Cultura permanece estagnada proporcionalmente:

- 2024: R\$ 4,2 milhões (0,23%)
- 2025: R\$ 7,27 milhões (0,37%)
- 2026 (previsão): R\$ 7,72 milhões (0,36%)

Em um orçamento municipal estimado em R\$ 2,15 bilhões para 2026, a Cultura segue recebendo menos de 0,4% dos recursos próprios, evidenciando a ausência de prioridade



política. E pelo visto a falta de prioridade é do Executivo, mas também do Legislativo municipal, conforme observado na última sessão do ano de 2025, realizada no último dia 15, com a aprovação da Lei Orçamentária para 2026. Logo, **o que cabe a cultura em Dourados? A Cultura douradense não cabe no Orçamento da segunda maior cidade do Mato Grosso do Sul?** Até quando veremos a aprovação apenas “o mínimo do mínimo”. Lamentamos profundamente, pois quem perde é o Município e, sobretudo, a nossa população tão plural e diversificada. População não só a de Dourados, mas a da região e, novamente, nossa cidade é a segunda maior do Estado de MS e um pólo econômico, social e cultural importante.

3. Falta de aplicação estrutural

Uma política cultural consistente se expressa também em infraestrutura. No entanto:

- o teatro municipal segue fechado, sem cronograma público de reforma;
- não há investimentos estruturantes no setor;
- o patrimônio histórico teve orçamento praticamente zerado.

Esses fatos contradizem o discurso de fortalecimento da Cultura divulgado pela administração municipal, em especial, na notícia acima referendada.

4. Descentralização apenas no discurso

A Prefeitura afirma ter promovido descentralização cultural, mas:

- cancelou o Edital Viva Cultura, voltado à periferia e à democratização do acesso;
- não apresenta dados consolidados sobre projetos, valores pagos ou distribuição territorial.

Não há descentralização quando instrumentos fundamentais para esse objetivo são suprimidos.

5. Recusa ao debate democrático

O descaso ficou evidente quando a base do prefeito se recusou a debater a proposta de destinar 1% do orçamento municipal à Cultura, apresentada no âmbito do Legislativo.

Esse fato demonstra que o problema não é falta de recursos, nem de propostas, mas falta de vontade política.

A Cultura de Dourados não precisa de *slogans* nem de apropriação de políticas federais. Mas de fomento e incentivo conjunto (União, estados e município). Precisa também de investimento próprio, planejamento, transparência e respeito à participação social. Precisa se tornar política pública.

Não aceitaremos que 2026 repita o mesmo ciclo de discursos sem resolutividade.

A Cultura não é gasto. É identidade, economia, formação e futuro.

Diante disso, exigimos que a notícia acima citada seja retificada pela assessoria de comunicação, para que esta conheça os debates realizados junto ao Fórum Permanente de Cultura de Dourados, Conselho Municipal de Política Cultural e que consulte a própria SEMC para evitar possíveis transtornos e desinformação. Alguns dos elementos podem ser consultados ao longo das atas das reuniões públicas, do referido Conselho, já publicadas em Diário Oficial do Município, a exemplo da 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL, realizada no dia 19/12/2025, em que fizemos alguns encaminhamentos.



Por isso, também é preciso saber: **O que o Município de Dourados deseja fazer para melhorar os investimentos no setor cultural para 2026?**

Além disso, exigimos que o Município, tanto Executivo, quanto do Legislativo:

- assuma responsabilidade real pela política cultural – inclusive no necessário compromisso com a elaboração, sistematização e aprovação do **Plano Municipal de Cultura**.
- devolva autonomia à Secretaria Municipal de Cultura – com capacidade de investimento e ampliação de recursos em editais como o FIP e a retomada do Viva Cultura, por exemplo. **O investimento de 1% pode ser gradual, pois o custeio/fomento municipal a Cultura é extremamente necessário. E esse debate não pode mais ser adiado.**
- e trate a **Cultura como política pública essencial, como direito constitucional** garantido a toda população e conforme já aprovado em seu Sistema Municipal de Cultura, aprovado em 2022.

E mais, queremos um diálogo constante, contínuo e que a Cultura de fato se torne um ativo importante para Dourados, assim como tantos outros. Que a Cultura seja tratada em sua diversidade e complexidade, mas que também seja tratada como prioridade em 2026, assim como consta também em Plano de governo da gestão político administrativa atual: **“Cultura - Fundamental para a comunicação humana e para o desenvolvimento de uma sociedade vibrante e diversificada.”**

Por fim, **“Pensar e implementar política cultural também é fazer Cultura¹”**

¹ 4ª CNC. Democracia e Direito a Cultura. Documento-base, p. 07.